



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE GUARÁ

Conforme Lei Municipal n 1.720, de 05 de novembro de 2014

[www.guara.sp.gov.br](http://www.guara.sp.gov.br) | [www.imprensaoficialmunicipal.com.br/guara](http://www.imprensaoficialmunicipal.com.br/guara)

Sexta-feira, 07 de julho de 2023

Ano IX | Edição n 1462A

Página 1 de 6

### SUMÁRIO

<b>Poder Executivo</b> .....	2
<b>Atos Oficiais</b> .....	2
Decretos .....	2

### EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Guar, veiculado exclusivamente na forma eletrnica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

### ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrnico de Guar poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: [www.guara.sp.gov.br](http://www.guara.sp.gov.br)

Para pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse [www.imprensaoficialmunicipal.com.br/guara](http://www.imprensaoficialmunicipal.com.br/guara)

As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

### ENTIDADES

#### **Prefeitura Municipal de Guar**

CNPJ 45.353.299/0001-04

Rua Washington Luiz, n 146 - Centro

Telefone: (16) 3831-9800

Site: [www.guara.sp.gov.br](http://www.guara.sp.gov.br)

Diário: [www.imprensaoficialmunicipal.com.br/guara](http://www.imprensaoficialmunicipal.com.br/guara)

#### **Câmara Municipal de Guar**

CNPJ 60.243.342/0001-64

Av. Dr. Francisco de Paula Leão, n 400 – Centro

Telefone: (16) 3831-3262

Site: [www.camaraguara.com.br](http://www.camaraguara.com.br)



Diário Oficial Assinado Eletrnicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP n 2.200-2, de 2001

O Município de Guar garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site [www.guara.sp.gov.br](http://www.guara.sp.gov.br)

Compilado e também disponível em [www.imprensaoficialmunicipal.com.br/guara](http://www.imprensaoficialmunicipal.com.br/guara)



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE GUARÁ

Conforme Lei Municipal n 1.720, de 05 de novembro de 2014

Sexta-feira, 07 de julho de 2023

Ano IX | Edição n 1462A

Página 2 de 6

### PODER EXECUTIVO

#### Atos Oficiais

#### Decretos

Errata: A data correta do Decreto n 3.701  04 de julho de 2023.

#### **DECRETO N 3.701, DE 04 DE JULHO DE 2023.**

***Estabelece regras sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) e a Manifestação de Interesse Privado (MIP) a serem observadas na apresentação de projetos, levantamentos, investigações e estudos, por pessoa física ou jurídica de direito privado, espontaneamente ou mediante provocação de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, e dá outras providências.***

**VINÍCIUS MAGNO FILGUEIRA**, Prefeito do Município de Guar, Estado de São Paulo, em exercício, no uso de suas atribuições legais;

**DECRETA:**

### **Capítulo I - DO PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE (PMI)**

**Art. 1** Este Decreto institui e regulamenta o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) destinado a autorizar e orientar a participação de particulares na apresentação de estudos, com a finalidade de subsidiar a administração pública na estruturação de projetos de parcerias público-privadas e concessões no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Poder Executivo Municipal.

** 1** Poderá fazer uso do PMI os órgãos e as entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal que tiverem interesse em obter as informações mencionadas no caput para a realização de projetos de sua competência a partir da identificação de uma necessidade ou demanda.

** 2** Poderão participar do PMI pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, individualmente ou em grupo.

** 3** Para os fins deste Decreto, o PMI poderá ser deflagrado a partir de Manifestação de Interesse Privado (MIP), apresentada por pessoa física ou jurídica, nacional ou estrangeira, nos termos deste.

#### **DECRETO N 3.701, DE 04 DE JULHO DE 2023.**

** 4** O procedimento previsto no caput poderá ser aplicado também  atualização, complementação ou revisão de projetos, levantamentos, investigações e estudos já elaborados.

**Art. 2** Os estudos tratados neste Decreto, a critério exclusivo do órgão ou entidade solicitante, poderão ser utilizados, total ou parcialmente, na elaboração de editais, contratos e demais documentos.

** 1** Os direitos autorais sobre os estudos apresentados no PMI, salvo disposição em contrário prevista no instrumento de solicitação de manifestação de interesse, serão cedidos pelo interessado participante, podendo ser utilizados incondicionalmente pelo órgão ou entidade solicitante.

** 2** Aos autores e responsáveis pelas manifestações de interesse encaminhadas não será atribuída qualquer espécie de remuneração em decorrência de direitos emergentes da propriedade intelectual, ainda que sejam utilizados, no todo ou em parte, os dados ou os modelos de serviços fornecidos.

** 3** A utilização dos estudos apresentados no PMI em eventual futura licitação não caracterizar, nem resultará, na concessão de qualquer vantagem ou privilégio ao interessado que os apresentou.

** 4** O participante do PMI não estará impedido de se apresentar como licitante na eventual futura licitação promovida pelo órgão ou entidade solicitante.

** 5** Todas as informações fornecidas pelo participante do PMI ao órgão ou entidade solicitante deverão estar em conformidade com a legislação vigente.

** 6** O participante do PMI deverá responsabilizar-se pela veracidade das declarações que fizer.

**Art. 3** A realização do PMI pelo órgão ou entidade solicitante não implicará a obrigatoriedade de realização de licitação, tampouco significa a abertura de procedimento de pr-qualificação para a licitação.

#### **DECRETO N 3.701, DE 04 DE JULHO DE 2023.**

**Art. 4** A realização de futuro procedimento licitatório não está condicionada  utilização de dados ou informações obtidos por meio das manifestações dos participantes do PMI.

**Art. 5** O PMI será composto das seguintes fases:

**I** - abertura, por meio de publicação de edital de Chamamento

Público;

**II**- autorização para a apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudo; e

**III** - avaliação, seleção e aprovação.

#### **Capítulo II - DA ABERTURA**

**Art. 6** A solicitação de instauração do PMI será formulada por órgão da administração municipal, direta ou indireta ou pelo Chefe do Poder Executivo.

**Parágrafo nico.** A proposta de abertura de PMI por pessoa física ou jurídica interessada será dirigida às autoridades referidas no caput deste artigo e deverá conter



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE GUARÁ

Conforme Lei Municipal nº 1.720, de 05 de novembro de 2014

Sexta-feira, 07 de julho de 2023

Ano IX | Edição nº 1462A

Página 3 de 6

a descrição do projeto, com o detalhamento das necessidades públicas a serem atendidas e do escopo dos projetos, levantamentos, investigações e estudos necessários.

**Art. 7º** O edital de chamamento público deverá conter, no mínimo:

**I** - delimitação do escopo dos estudos a serem apresentados pelos interessados;

**II** - indicação das diretrizes e premissas da parceria a ser implementada com vistas ao atendimento do interesse público;

**III** - prazo máximo e forma de apresentação do requerimento de autorização para participar do procedimento;

### **DECRETO Nº 3.701, DE 04 DE JULHO DE 2023.**

**IV** - critérios para qualificação do interessado e de análise e aprovação do requerimento de autorização;

**V** - prazo para a apresentação dos estudos, compatível com a complexidade e abrangência das atividades a serem desenvolvidas, contado da data de publicação da autorização;

**VI** - prazo máximo para apresentação de projetos, levantamentos, investigações e estudos, contado da data de publicação da autorização e compatível com a abrangência dos estudos e o nível de complexidade das atividades a serem desenvolvidas;

**VII** - valor nominal máximo para eventual ressarcimento;

**VIII** - critérios para qualificação, análise e aprovação de requerimento de autorização para apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos;

**IX** - os critérios para avaliação, seleção de projetos e possível ressarcimento dos estudos.

**§ 1º** A delimitação de escopo a que se refere o inciso I deste artigo poderá se restringir à indicação do problema a ser resolvido por meio da parceria, deixando aos interessados a possibilidade de sugerirem diferentes meios, modelos ou conjugação de arranjos jurídicos para sua solução.

**§ 2º** O Edital poderá, em cada caso, a conveniência e oportunidade de reunir, em um mesmo procedimento, objetos contratualmente fracionáveis para assegurar, entre outros aspectos, economia de escala, coerência de estudos relacionados a determinado setor, padronização ou celeridade do processo.

**Art. 8º** O chamamento público poderá se limitar:

**I** - à finalidade de verificar, junto aos interessados, aspectos conceituais para a implementação de parcerias, hipótese em que, após a definição destes, a Administração Pública poderá elaborar novo chamamento público;

**II** - a aspectos parciais e específicos da parceria em modelagem.

### **DECRETO Nº 3.701, DE 04 DE JULHO DE 2023.**

**Art. 9º** O prazo para apresentação de requerimento de autorização para apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos será de 10 (dez) dias, contados

da data de publicação do edital.

**Art. 10** O requerimento de autorização para apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado conterá as seguintes informações:

**I** - qualificação completa, que permita a identificação da pessoa física ou jurídica de direito privado e a sua localização para eventual envio de notificações, informações, erratas e respostas a pedidos de esclarecimentos, com:

a) nome completo;

b) inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF ou no Cadastro

Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

c) cargo, profissão ou ramo de atividade;

d) endereço; e

e) endereço eletrônico.

**II** - demonstração de experiência na realização de projetos, levantamentos, investigações e estudos similares aos solicitados;

**III** - detalhamento das atividades que pretende realizar, considerado o escopo dos projetos, levantamentos, investigações e estudos definidos na solicitação, inclusive com a apresentação de cronograma que indique as datas de conclusão de cada etapa e a data final para a entrega dos trabalhos;

**IV** - indicação de valor do ressarcimento pretendido, acompanhado de informações e parâmetros utilizados para sua definição; e

**V** - declaração de transferência à administração pública dos direitos associados aos projetos, levantamentos, investigações e estudos selecionados.

**§ 1º** Qualquer alteração na qualificação do interessado deverá ser imediatamente comunicada ao órgão ou à entidade solicitante.

**§ 2º** A demonstração de experiência a que se refere o inciso II do caput poderá consistir na juntada de documentos que comprovem as

### **DECRETO Nº 3.701, DE 04 DE JULHO DE 2023.**

qualificações técnicas de profissionais vinculados ao interessado, observado o disposto no § 4º.

**§ 3º** Fica facultado aos interessados a que se refere o caput se associarem para apresentação de projetos, levantamentos, investigações e estudos em conjunto, hipótese em que deverá ser feita a indicação das empresas responsáveis pela interlocução com a administração pública e indicada a proporção da repartição do eventual valor devido a título de ressarcimento.

**§ 4º** O autorizado, na elaboração de projetos, levantamentos, investigações ou estudos, poderá contratar terceiros, sem prejuízo das responsabilidades previstas no edital de chamamento público do PMI.

**Art. 11** Ao interessado deverá ser assegurado o direito de solicitação de informações, questionamentos e esclarecimentos, por escrito, a respeito do PMI, até 5 (cinco) dias úteis antes do prazo final estabelecido para a



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE GUARÁ

Conforme Lei Municipal nº 1.720, de 05 de novembro de 2014

Sexta-feira, 07 de julho de 2023

Ano IX | Edição nº 1462A

Página 4 de 6

apresentação das manifestações.

**§ 1º** Não serão analisados pedidos de informações realizados posteriormente ao prazo limite informado no caput deste artigo.

**§ 2º** As solicitações de informações a respeito do PMI serão respondidas pelo órgão ou entidade solicitante, por escrito, pelo meio indicado no instrumento de solicitação de manifestação de interesse.

### **Capítulo III - DA AUTORIZAÇÃO**

**Art. 12** A autorização para apresentação de projetos, levantamentos, investigações e estudos:

**I** - poderá ser conferida com exclusividade ou a número limitado de interessados;

**II** - não gerará direito de preferência no processo licitatório do empreendimento;

**III** - não obrigará o Poder Público a realizar licitação;

**DECRETO Nº 3.701, DE 04 DE JULHO DE 2023.**

**IV** - não implicará, por si só, direito a ressarcimento de valores envolvidos em sua elaboração; e

**V** - será pessoal e intransferível.

**§ 1º** A autorização para a realização de projetos, levantamentos, investigações e estudos não implica, em nenhuma hipótese, responsabilidade da administração pública perante terceiros por atos praticados por pessoa autorizada.

**§ 2º** Na elaboração do termo de autorização, a autoridade competente reproduzirá as condições estabelecidas na solicitação e poderá especificá-las, inclusive quanto às atividades a serem desenvolvidas, ao limite nominal para eventual ressarcimento e aos prazos intermediários para apresentação de informações e relatórios de andamento no desenvolvimento de projetos, levantamentos, investigações ou estudos.

**§ 3º** Os estudos se iniciarão com a autorização do Município e deverão estar concluídos em um prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data de publicação da Autorização, com a entrega ao Município de relatórios dos estudos realizados, bem como com a disponibilização das informações e documentos que nortearam tais estudos.

**Art. 13** A autorização poderá ser:

**I** - cassada, em caso de descumprimento de seus termos;

**II** - revogada, em caso de:

a) perda de interesse do Poder Público na parceria estudada; e

b) desistência por parte da pessoa física ou jurídica de direito privado autorizada, a ser apresentada, a qualquer tempo, por meio de comunicação ao órgão ou à entidade solicitante por escrito;

**III** - anulada, em caso de vício no procedimento regulado por este

Decreto ou por outros motivos previstos na legislação;

ou

**DECRETO Nº 3.701, DE 04 DE JULHO DE 2023.**

**IV** - tornada sem efeito, em caso de superveniência de

dispositivo legal que, por qualquer motivo, impeça o recebimento dos projetos, levantamentos, investigações ou estudos.

**§ 1º** A pessoa autorizada será comunicada da ocorrência das hipóteses previstas no caput.

**§ 2º** Na hipótese de descumprimento dos termos da autorização, caso não haja regularização no prazo 05 (cinco) dias, contado da data da comunicação, a pessoa autorizada terá sua autorização cassada.

**§ 3º** Os casos previstos no caput não geram direito de ressarcimento dos valores envolvidos na elaboração de projetos, levantamentos, investigações e estudos.

**§ 4º** Contado o prazo de 30 (trinta) dias da data da comunicação prevista nos § 1º e § 2º, os documentos eventualmente encaminhados ao órgão ou à entidade solicitante que não tenham sido retirados pela pessoa autorizada poderão ser destruídos.

**Art. 14** O Poder Público poderá realizar reuniões com a pessoa autorizada e quaisquer interessados na realização de chamamento público, sempre que entender que possam contribuir para a melhor compreensão do objeto e para a obtenção de projetos, levantamentos, investigações e estudos mais adequados aos empreendimentos de que trata o artigo. 1º.

### **Capítulo IV - DA AVALIAÇÃO, SELEÇÃO E APROVAÇÃO DE PROJETOS, LEVANTAMENTOS, INVESTIGAÇÕES E ESTUDOS**

**Art. 15** A avaliação e a seleção de projetos, levantamentos, investigações e estudos apresentados serão efetuadas por comissão designada pelo órgão ou pela entidade solicitante.

**Parágrafo único.** A Comissão analisará os estudos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, prorrogável nos termos do art. 29 deste Decreto.

**Art. 16** Os critérios para avaliação e seleção dos projetos, levantamentos, investigações e estudos serão especificados no edital de chamamento público e considerarão:

**DECRETO Nº 3.701, DE 04 DE JULHO DE 2023.**

**I** - a observância de diretrizes e premissas definidas pelo órgão ou pela entidade a que se refere o art. 6º;

**II** - a consistência e a coerência das informações que subsidiaram sua realização;

**III** - a adoção das melhores técnicas de elaboração, segundo normas e procedimentos científicos pertinentes, e a utilização de equipamentos e processos recomendados pela melhor tecnologia aplicada ao setor;

**IV** - a compatibilidade com a legislação aplicável ao setor e com as normas técnicas emitidas pelos órgãos e pelas entidades competentes;

**V** - a demonstração comparativa de custo e benefício da proposta do empreendimento em relação a opções funcionalmente equivalentes; e

**VI** - o impacto socioeconômico da proposta para o empreendimento, se aplicável.

**§ 1º** Na hipótese de autorização exclusiva ou a número



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE GUARÁ

Conforme Lei Municipal nº 1.720, de 05 de novembro de 2014

Sexta-feira, 07 de julho de 2023

Ano IX | Edição nº 1462A

Página 5 de 6

limitado de interessados, a seleção deverá considerar um ou mais dos seguintes critérios:

- a) experiência profissional comprovada;
- b) plano de trabalho; e
- c) avaliações preliminares sobre o empreendimento.

§ 2º O órgão ou a entidade solicitante poderá, a seu critério, abrir prazo para reapresentação de projetos, levantamentos, investigações e estudos apresentados, caso necessitem de detalhamentos ou correções, que deverão estar expressamente indicados no ato de reabertura de prazo.

§ 3º A não reapresentação em prazo indicado pelo órgão ou pela entidade solicitante implicará a cassação da autorização.

**Art. 17** Nenhum dos projetos, levantamentos, investigações e estudos selecionados vincula à administração pública e cabe a seus órgãos técnicos e jurídicos avaliar, opinar e aprovar a legalidade, a consistência e a suficiência dos projetos, levantamentos, investigações e estudos eventualmente apresentados.

### **DECRETO Nº 3.701, DE 04 DE JULHO DE 2023.**

**Art. 18** A sugestão de modelagem final de que trata este Decreto far-se-á acompanhar de manifestação formal da Secretaria Municipal de Finanças quando se tratar de parceria público-privada envolvendo o aporte de recursos públicos.

**Art. 19** Aprovada a modelagem da parceria, a Comissão deliberará sobre o aproveitamento dos estudos apresentados, que poderão ser:

**I** - integralmente aproveitados, hipótese em que o autorizado fará jus a ressarcimento, observado o que dispuser o edital de chamamento público;

**II** - parcialmente aproveitados, hipótese em que o valor do ressarcimento será apurado apenas em relação às informações efetivamente utilizadas em eventual licitação; ou

**III** - totalmente rejeitados, hipótese em que, ainda que haja licitação para contratação do empreendimento, não haverá ressarcimento ou qualquer forma de indenização devida ao responsável pelos estudos.

**Parágrafo único.** Na hipótese de a Comissão opinar pela não aprovação da modelagem da parceria, todos os estudos que serviram de base à estruturação da modelagem final serão arquivados juntamente com a ata da reunião que formalizar a decisão, notificando-se os interessados.

**Art. 20** O órgão ou a entidade solicitante publicará o resultado do procedimento de seleção no Diário Oficial do Município.

**Parágrafo único.** Concluída a seleção, a comissão poderá solicitar correções e alterações dos projetos, levantamentos, investigações e estudos sempre que tais correções e alterações forem necessárias para atender a demanda de órgãos de controle ou para aprimorar os empreendimentos de que trata o art. 1º.

**Art. 21** Aprovada a modelagem, será realizada,

quando cabível, audiência ou consulta públicas, convocada pela entidade solicitante responsável e acompanhada pela Comissão.

### **Capítulo V - DOS CRITÉRIOS E LIMITES DE RESSARCIMENTO**

#### **DECRETO Nº 3.701, DE 04 DE JULHO DE 2023.**

**Art. 22** Quando expressamente previstas no PMI hipóteses de ressarcimento, reembolso, indenização ou remuneração, deverão ser observadas as normas da legislação pertinente.

**Art. 23** Os critérios de ressarcimento constarão expressamente do edital de chamamento público e poderão basear-se na complexidade dos estudos, na elaboração de trabalhos similares, na tabela de honorários da entidade representativa de classe ou similar, bem como em parâmetros de razoabilidade e proporcionalidade.

§ 1º Na fixação dos critérios de ressarcimento, considerar-se-á:

**I** - o valor nominal máximo e forma de seu reajuste, que serão definidos no edital de chamamento público;

**II** - o percentual a ser calculado com base no valor total estimado previamente pela Administração Pública para os investimentos necessários à implementação do empreendimento ou para os gastos necessários à operação e à manutenção da parceria durante o período de vigência do contrato, prevalecendo o valor maior, quando disponíveis e mensuráveis;

**III** - a remuneração variável relativa aos ganhos de eficiência e economicidade a serem obtidos pela Administração Pública, de acordo com a modelagem que embasar a respectiva licitação, tais como receitas acessórias, técnicas ou tecnologias alternativas e diferenciação nos projetos, mantido inalterado o objeto da parceria.

§ 2º A Administração Pública poderá utilizar um ou mais dos critérios constantes do § 1º deste artigo.

§ 3º A remuneração variável a que se refere o inciso III do §1º deste artigo será proporcional à economia para a Administração Pública advinda dos estudos apresentados.

§ 4º Na ocasião em que diferentes autorizados a realizar os estudos propuserem ganhos de eficiência e economicidade semelhantes sob as perspectivas técnica e econômica, o ressarcimento deverá ser repartido de maneira proporcional à contribuição de cada um.

#### **DECRETO Nº 3.701, DE 04 DE JULHO DE 2023.**

§ 5º O valor de ressarcimento deverá ser compatível com os custos dos correspondentes estudos, demonstrados mediante planilha orçamentária.

§ 6º O edital de licitação alusivo à parceria decorrente de estudos desenvolvidos nos termos do disposto neste Decreto deverá prever a obrigação da futura contratada de ressarcir os custos incorridos pelo destinatário da autorização no valor fixado no edital.

**Art. 24** O edital do procedimento licitatório para contratação do empreendimento de que trata o art. 1º conterá obrigatoriamente cláusula que condicione a



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE GUARÁ

Conforme Lei Municipal n 1.720, de 05 de novembro de 2014

Sexta-feira, 07 de julho de 2023

Ano IX | Edição n 1462A

Página 6 de 6

assinatura do contrato pelo vencedor da licitação ao ressarcimento dos valores relativos à elaboração de projetos, levantamentos, investigações e estudos utilizados na licitação.

**Art. 25** Os autores ou responsáveis economicamente pelos projetos, levantamentos, investigações e estudos apresentados nos termos deste Decreto poderão participar direta ou indiretamente da licitação ou da execução de obras ou serviços, exceto se houver disposição em contrário no edital de abertura do chamamento público do PMI.

** 1** Considera-se economicamente responsável a pessoa física ou jurídica de direito privado que tenha contribuído financeiramente, por qualquer meio e montante, para custeio da elaboração de projetos, levantamentos, investigações ou estudos a serem utilizados em licitação para contratação do empreendimento a que se refere o art. 1.

** 2** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econmico do autorizado.

**Art. 26.** Além dos membros poderão participar das reuniões da comissão, por Convocação de seu Presidente, na condição de membro eventual, com direito  voz, os demais titulares de Secretarias Municipais que tiverem interesse direto em determinada parceria, em razão de vínculo temático entre o objeto desta e o respectivo campo funcional.

### Capítulo VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

#### **DECRETO N 3.701, DE 04 DE JULHO DE 2023.**

**Art. 27** Os prazos previstos neste Decreto contam-se em dias corridos a partir da data da ciência oficial dos atos, excluindo-se da contagem o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

**Art. 28** Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes do horário normal.

**Art. 29** Todos os prazos previstos neste decreto poderão ser prorrogados ou suspensos mediante despacho fundamentado da entidade solicitante, submetido à deliberação da Comissão, de acordo com o interesse da Administração Pública e as peculiaridades do caso concreto, visando a assegurar a condução adequada do procedimento.

**Art. 30** O transcurso dos prazos mencionados neste Decreto sem a adoção da providência correlata implicará a extinção do procedimento, observados, ainda, os seguintes efeitos:

**I** - a ausência de manifestação do proponente, do autorizado ou do interessado caracterizar perda de interesse no projeto proposto; e

**II** - a ausência de manifestação pelos órgãos e entidades da Administração Pública mencionados neste decreto caracterizar falta de interesse, por parte da última, no projeto apresentado.

**Parágrafo nico.** Na hipótese de que trata o inciso I

deste artigo, a

Administração Pública poderá dar continuidade aos estudos desenvolvidos pelo particular.

**Art. 31** As informações relativas à proposta e sua tramitação, bem como as atas, registros, manifestações das instâncias envolvidas no procedimento e dados correlatos ficarão disponíveis para acesso.

**Art. 32** Em qualquer fase do procedimento instituído por este Decreto, poderá a Administração Pública valer-se de consultoria técnica ou econmico-financeira externa para desenvolver ou analisar os estudos a ser contratada nos termos deste Decreto.

#### **DECRETO N 3.701, DE 04 DE JULHO DE 2023.**

**Art. 33** Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogando, em especial, o Decreto n 3.678 de 03 de maio de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARÁ, 04 de julho de 2023.

**VINICIUS MAGNO FILGUEIRA**

Prefeito Municipal

**Registrado, publicado e arquivado na Secretaria de Governo, data supra.**

**CARLOS ALBERTO VIEIRA DUTRA**

Procurador Jurídico